

Rio de Janeiro

uma cidade, muitas capitais



Frederico Lustosa da Costa
Fuad Zamot
(organizadores)

Copyright © 2010 Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro

EDITORA FGV

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil
Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427
Fax: 21-3799-4430
editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br
www.fgv.br/editora

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

1ª edição — 2010

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS | Eduardo Junqueira
REVISÃO | Adriana Alves e Marco Antonio Corrêa
DIAGRAMAÇÃO | Ilustrarte Design e Produção Editorial
CAPA | Marcus Handofsky

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

**Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV**

Rio de Janeiro : uma cidade, muitas capitais / Frederico Lustosa da Costa, Fuad Zamot (organizadores). – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2010.
144 p.

Reúne trabalhos apresentados no simpósio realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2008.

ISBN: 978-85-225-0826-6

1. Rio de Janeiro (RJ) – História. I. Costa, Frederico Lustosa da. II. Zamot, Fuad. III. Fundação Getúlio Vargas.

CDD – 981.53

5 Vozes dissonantes da cidade-espelho da nação:

o Rio de Janeiro ressignificado sob as lentes da favela no século XXI

Regina Abreu

É que Narciso acha feio o que não é espelho
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho
Nada do que não era antes quando não somos mutantes

Caetano Veloso, *Sampa*

A música *Sampa*, de Caetano Veloso, é dedicada à cidade de São Paulo e, nela, o poeta evidencia nossa insistência em pensar as cidades em pares de oposição entre o belo e o feio; o civilizado e o atrasado; o progresso e a barbárie. Deixando-se encantar por uma cidade onde à primeira vista tudo parecia desprovido de graça e beleza, Caetano surpreende ao sinalizar outro lugar possível no imaginário das cidades: “o avesso do avesso do avesso”, onde possam surgir “poetas de campos e espaços”, “oficinas de florestas”, “deuses da chuva”. Cidades que se reinventam, mutantes e dinâmicas, “pan-Américas de Áfricas utópicas”, possíveis novos “quilombos de Zumbis”. Lugares para passear na garoa ou quem sabe curtir numa boa.

Além de uma ode à cidade de São Paulo, *Sampa* é reveladora de uma tessitura que foi se produzindo historicamente com relação às cidades brasileiras. São Paulo aparece como ícone do lugar “do povo oprimido

nas filas, nas vilas, favelas/Da força da grana que ergue e destrói coisas belas/Da feia fumaça que sobe, apagando as estrelas". Cidades litorâneas, como Salvador e Rio de Janeiro, são "sonhos felizes de cidades", paraísos edênicos de um arquétipo das viagens aos trópicos, lugares da preguiça e da boa vida que, aos poucos, foram se argamassando à luz do refinamento e do bom gosto trazidos por projetos civilizatórios.

As descrições das cidades na historiografia estão cheias desses lugares-comuns, imagens idealizadas e cristalizadas que mais servem para encobrir a visão real do caldeirão complexo das cidades brasileiras do que para trazer algum conhecimento sobre as questões que configuraram os espaços urbanos.

Este texto pretende refletir sobre a construção de um imaginário em torno da cidade do Rio de Janeiro que a transformou em lugar de memória e ícone por excelência de um projeto civilizatório para o país. A intenção é trazer alguns elementos que nos permitam uma aproximação crítica com estas representações, apresentando como contraponto vozes dissonantes que foram sendo tecidas à margem do poder de Estado e das sucessivas administrações públicas. O tema da favela e as representações decorrentes deste ícone às avessas da cidade do Rio de Janeiro é escolhido como "coisa boa pra pensar", possibilitando revisitar as escolhas e seleções das sucessivas administrações públicas e alguns de seus impactos e consequências na malha urbana. Por fim, um estudo de caso da recriação na favela da Maré de um barraco de palafita como lugar de memória da favela e da cidade do ponto de vista do avesso do cartão postal do Rio de Janeiro, ou seja, uma favela na zona norte da cidade, possibilita retomar a questão recorrente sobre os projetos da e para a cidade e a relação Estado/sociedade civil neste processo. Afinal, o avesso do lugar identificado como cartão postal da cidade pode revelar que um "sonho feliz de cidade" também inclui filas, vilas, favelas. É que mais do que alimentar as dicotomias e oposições, nomeando e comparando as cidades do ponto de vista de uma estética "do alto", talvez esteja na hora de acordar e tecer novas utopias. Quem sabe, mais do que um lugar de memória, o Rio de Janeiro não se converta em uma "pan-América" de um Brasil utópico, espelho de lugar mutante e possível.

Rio de Janeiro: espelho da nação

Cantada em prosa e verso, a cidade que durante anos foi a capital do país é comumente associada a belezas naturais paradisíacas, aliada a imagens de edificações civilizadas, tudo conjuminado com a chegada no país dos bons ventos de progresso e requinte. A representação do Rio de Janeiro como “espelho da nação” foi cuidadosamente produzida em sucessões de administrações públicas, num longo processo, no qual diferentes noções de espaço público foram acionadas. Se bem que esta representação ainda ecoe entre nós, o período áureo em que ela se formou e se consolidou coincidiu com os anos em que foi capital do país. Nesse período, que atravessa o século XIX até a transferência da capital para Brasília em meados do século XX, o Rio de Janeiro desempenhou lugar de centralidade no país, disseminando ideais nacionais em relação direta com a ideia de identidade e, mais especificamente, de identidade nacional. Estiveram envolvidos, de um lado, administradores públicos, elites políticas e, de outro, uma população diferenciada, caldo complexo de grupos sociais, cidade que atrai migrantes e imigrantes, comerciantes, empresários.

Mas, se a cidade era construída como espelho da nação, é preciso indagar: que nação foi sendo representada ao longo destes 200 anos?

É preciso, pois, observar que a representação do nacional no Brasil enfrentou algumas questões recorrentes e que a ideia que hoje fazemos de um ideal nacional absolutamente inclusivo abarcando diferentes grupos sociais não foi o que predominou historicamente. A representação do nacional que a cidade do Rio de Janeiro passou a espelhar apontava muito mais para uma versão idealizada de um vir a ser do que coincidia com o caldeirão real da nação em sua complexidade e diversidade. Muitos dos intelectuais que se dedicaram a pensar o nacional, principalmente nos primeiros anos da República, denunciaram a versão hegemônica de uma nação “do alto”, formulada por administradores públicos e elites políticas, que pouca ou nenhuma ressonância alcançou no conjunto diversificado e problemático da população que crescia em progressão geométrica no país. O tema da exclusão social ou da radical e drástica separação entre as elites sociais e

políticas que detiveram desde sempre o aparelho de Estado e o conjunto mais amplo dos demais segmentos sociais é denunciado recorrentemente pelos mais diferentes autores do pensamento social brasileiro. Euclides da Cunha, por exemplo, não cansou de exortar que as elites estavam “cegas” aos “quadros reais” das vidas da maior parte dos brasileiros e de que havia uma separação radical entre as elites sociais e políticas e os “rudes patrícios” dispersos no território. Euclides atribuía à construção de uma representação nacional excludente características históricas da dinâmica civilizatória no Brasil. As grandes capitais, onde a colonização de fato ocorreu, ficavam no “litoral vastíssimo em que (palejavam) reflexos da vida civilizada”. Ou seja, a construção do país teria sido empreendida ao longo da costa brasileira onde os ideais modernos puderam se instalar. No restante do território, ou no “âmago do país” — para usar uma expressão de Euclides da Cunha (1982) —, permaneceriam “na penumbra secular” mais de “um terço da nossa gente”. O autor de *Os sertões* criou a expressão que se notabilizou dos “dois brasis”, dois lados de uma moeda que não existem enquanto totalidade, pois um lado é inacessível ao outro. Euclides é cético com relação à própria aplicabilidade da ideia de nação entre nós. Entre os dois brasis, o contraste seria fundo e intransponível e os “rudes patrícios” do interior estariam tão radicalmente divorciados das elites sociais, políticas e administrativas do país que era como se vivessem separados por três séculos de distância.

A cidade do Rio de Janeiro enquanto espelho da nação encarnava uma representação de nação com pouca ou nenhuma preocupação com o tema da inclusão social. Do ponto de vista da administração pública pode-se com certeza afirmar que, ao longo desses 200 anos, as políticas públicas empreendidas na cidade e que se disseminaram para o restante do país caracterizavam-se pelo pouco diálogo com os diferentes segmentos da sociedade civil, especialmente com as camadas mais pobres da população, reforçando as segmentações sociais que podiam ser observadas, inclusive, na própria dinâmica de ocupação do espaço urbano. Além disso, a cidade foi sempre palco de experimentações e arranjos ditados pelos administradores públicos e pelas elites políticas, refletindo pouca racionalidade na organização do espaço público, o que contribuiu para a segregação e o agravamento de problemas sociais na ocupação do território.

Emblemáticas, algumas destas experimentações permaneceram no imaginário social como síntese deste estilo de governar “do alto”, no qual as populações que porventura ocupassem o território alvo da intervenção eram “invisibilizadas” e deslocadas sem nenhum pudor. A primeira dessas medidas administrativas, ainda no Brasil colônia, foi o famoso “Ponha-se na rua”, usado na tentativa de solucionar o problema da falta de moradia para acomodar os acompanhantes da família real portuguesa que acabava de aportar no Rio de Janeiro fugindo das guerras napoleônicas. A famosa medida desapropriou, de uma hora para outra, as melhores residências locais existentes na cidade. Outra dessas medidas administrativas ocorreu já no período da I República e ficou conhecida como “Bota Abaixo” quando o prefeito Pereira Passos empreendeu ousado plano administrativo e urbanístico, com notável investimento material e simbólico na modernização da capital brasileira. A cidade que ainda guardava uma feição colonial transformou-se num canteiro de obras. Várias ruas foram alargadas e prédios construídos com feições neoclássicas, atestando o espírito civilizatório e de louvor ao progresso. A população que habitava o centro da cidade foi, de um momento a outro, transferida para lugares mais afastados que beiravam a zona norte, a Gamboa e o Santo Cristo. O prefeito foi então apelidado ironicamente como o “prefeito Bota Abaixo” por parte da população mais pobre que havia sido deslocada do centro da cidade, e se formava, em grande parte, por descendentes de escravos, evidenciando a pouca compreensão e diálogo entre esta população e as autoridades políticas.

No período getulista, a cidade do Rio de Janeiro adquiriu especial visibilidade no cenário nacional tornando-se

o epicentro de um processo de centralização administrativa que tinha como objetivo reforçar a presença do Estado e os valores caros ao nacionalismo, de forma que uma vez mais à reafirmação da vocação da *pólis* correspondeu um golpe em sua autonomia. É marcante desse período a intervenção urbana por meio da construção de modernos e grandiosos edifícios públicos, a abertura da avenida Presidente Vargas e a realização de grandes comemorações cívicas (O'Donnell, Mendes e Lustosa da Costa, 2008).

A transferência da capital para Brasília, em 21 de abril de 1960, durante a presidência de Juscelino Kubitschek é um ponto importante de inflexão no estatuto da cidade “maravilhosa”, espelho da nação. De acordo com Frederico Lustosa da Costa, a perda do *status* de capital deixava clara

uma desconstrução da imagem do Rio de Janeiro enquanto caixa de ressonância da nação. Às antigas acusações de cidade turbulenta e problemática, somavam-se então as novas de que a burocracia da capital havia se tornado obsoleta e de que sua localização não favorecia a integração nacional ou, de forma mais direta, que a cidade se encontrava de costas para o Brasil profundo. Por outro lado, argumentava-se, a favor de Brasília, que a transferência da capital e a conseqüente perda por parte do Rio de Janeiro de sua condição poderia ser interpretada como uma busca dos atores políticos do país por uma nova identidade que desse conta da totalidade dessa nação (O'Donnel, Mendes e Lustosa da Costa, 2008).

Para compensar a perda do *status* do Rio de Janeiro, mantendo seu papel adquirido de representante da nação aos olhos do mundo, a medida administrativa que foi implementada na ocasião foi a transformação do Rio de Janeiro em estado-capital ou cidade-estado. Assim foi criada a Guanabara, cujo primeiro governador foi Carlos Lacerda, político atuante no cenário nacional e que havia participado da oposição à ditadura de Getúlio Vargas. Lacerda, seguindo de certa forma o estilo de Pereira Passos, investiu fortemente em obras públicas, procurando recuperar a imagem do Rio como espaço-síntese da política e da cultura nacionais. Além de obras importantes e inovadoras como o túnel Rebouças e o aterro do Flamengo, a administração de Carlos Lacerda ficou conhecida pelas ações polêmicas em torno de uma questão que crescia em importância na cidade: as favelas.

No governo de Carlos Lacerda, os administradores públicos pareciam se dar conta de um fenômeno até então pouco privilegiado pelas políticas públicas. Cercado de morros por todos os lados, a cidade “maravilhosa” começava a apresentar uma face até então pouco perceptível. As favelas haviam se expandido, agora, em proporções que se mostravam

ameaçadoras. Uma crescente população de migrantes, atraída por melhores condições de trabalho, foi gradativamente ocupando as encostas dos morros da zona sul e se espalhando por toda a periferia. A tensão entre diferentes classes sociais começa a se expressar e o tema da remoção das favelas da zona sul da cidade aparece na ordem do dia. Carlos Lacerda iniciou, então, um projeto de remoção de favelas para o subúrbio, criando na zona norte centros habitacionais como a Vila Kennedy e a Cidade de Deus. Mais uma vez, as atitudes administrativas “pelo alto” eram lidas pelas populações mais pobres da cidade como antipopulares e autoritárias. Carlos Lacerda, alvo de severas críticas, foi ironizado chegando a ser apelidado de “Nero”, pois para acelerar o projeto de remoção dessas populações passou a suspeito de ser responsável por incêndios criminosos ocorridos de forma misteriosa em algumas favelas da zona sul.

A partir do governo Carlos Lacerda, a feição explosiva da cidade do Rio de Janeiro tendeu a crescer. Com a Ditadura Militar, o Rio de Janeiro é palco de ações espetaculares de demonstração do poderio das forças armadas, e as políticas de remoção e de tentativa de afastamento da pobreza do centro e da zona sul da cidade continuam a ser implementadas. A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) tornou-se símbolo desta política de construção de centros habitacionais, que visava também conter a marginalidade e a violência, que já se evidenciavam de forma crescente e eram associadas à existência das favelas que se localizavam no centro e na zona sul da cidade.

A vocação para a função de disseminação de ideais e projetos nacionais ressurgiu mais uma vez no Rio de Janeiro nas pulsantes manifestações pela volta da democracia e do estado de direito no país. O grande comício Diretas Já, protagonizado pela lendária figura de Ulisses Guimarães e tendo como cenário a Igreja da Candelária, reverberou como um grande tambor no espaço nacional. Mas, a essa altura, a cidade já revelava de forma incontornável os conflitos e tensões acumulados durante tantos anos. A própria Candelária, algum tempo depois, símbolo de muitas manifestações de importância nacional, passou a ser associada à violência crescente na cidade, graças à “chacina da Candelária”, triste episódio no qual um grupo de me-

ninos de rua foi ali assassinado, com tiros à queima-roupa, durante a madrugada. A cidade que já não mais gozava do lugar de “espelho da nação”, ou que nunca havia conseguido se tornar uma “Paris dos trópicos”, agora ganhava as manchetes dos jornais, caminhando para um lugar de onde já não mais consegue sair: o de uma das cidades mais violentas do mundo.

Lugares da memória nacional

Nestes 200 anos, o Rio de Janeiro viu nascer centenas de instituições culturais e administrativas com representatividade nacional. Hoje, existem mais de cem museus na cidade, dos quais grande parte nasceu com a vocação para se expressar como síntese da nacionalidade, como o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu Nacional. A cidade congrega, ainda, instituições criadas durante o período colonial e imperial, como o Banco do Brasil, o Observatório Nacional e a Biblioteca Nacional. Além disso, o Rio de Janeiro tornou-se referência mundial por abrigar instituições de importância e projeção internacional, como a Academia Brasileira de Letras, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dentre outros.

A memória do período em que a cidade desempenhou o papel de capital do país permanece viva no imaginário social, articulando ainda hoje a identidade da cidade com a identidade nacional. Imagens de monumentos da cidade, como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a praia de Copacabana e o Jardim Botânico, funcionam como signos da nação, cartões-postais para o turismo internacional e nacional.

A centralidade do Rio de Janeiro e de grande parte de suas instituições permite que lancemos mão do conceito de “lugares de memória” desenvolvido por Pierre Nora. Segundo este autor, um lugar de memória expressaria a possibilidade de se agregar uma memória coletiva, cuja significação maior seria a memória nacional. No contexto contemporâneo de aceleração e mundialização do capitalismo, as memórias coletivas tenderiam a se esfacelar rapidamente. Como sinalizou Nora, entre outros au-

tores que trabalham com o tema da memória social, as mudanças rápidas enfraquecem as estruturas coletivas, os rituais, as festas, os congraçamentos, enfim, os ambientes propícios ao trabalho da memória social. Se, nas sociedades tradicionais, algumas atividades se repetiam indefinidamente e o tempo podia ser marcado de forma cíclica ou mítica, no período que chamamos de modernidade e pós-modernidade passamos a conhecer o predomínio do tempo linear, tempo de mudanças e novidades, tempo apontado à frente, tempo do progresso, avesso à repetição e, portanto, avesso ao trabalho da memória. Assim, a memória passa a se ver encerrada em “lugares”, entendidos não apenas como materiais ou geográficos, mas fundamentalmente como simbólicos. Desse modo, um cartão-postal de uma cidade, um museu, uma rua, uma casa ou um ritual, uma comemoração, uma cerimônia, tudo isso pode ser considerado como lugar de memória de uma coletividade.

No caso do Rio de Janeiro, podemos afirmar que a cidade opera como lugar de memória da nação brasileira, quer por meio da existência de lugares concretos, como paisagens ou museus, quer por meio da construção de lugares imateriais, como lembranças compartilhadas de eventos ocorridos na cidade, como o movimento pelas “Diretas Já”. Embora a cidade nunca deixasse de evocar o nacional, em outros tempos a representação de nação era a de uma construção pelo “alto”. Se essa imagem circulava agregando a memória coletiva de alguns segmentos com a necessária e consentida exclusão de outros, hoje podemos dizer que vivemos uma nova conjuntura e sobre essa nova conjuntura vale a pena refletir.

No binômio cidade-nação, novas representações foram sendo geradas para cada um desses polos. Nestes 200 anos, tomou diferentes contornos o divórcio entre as elites sociais e políticas do litoral e os diferentes segmentos sociais que foram ocupando o território. A descrição de Euclides da Cunha, há exatamente cem anos, já demonstrava a preocupação de alguns intelectuais com um tema que esteve presente na maior parte das reflexões de cientistas sociais e pensadores: o ideal de construção de uma nação inclusiva, congregando diferentes segmentos sociais. O próprio livro *Os sertões* é, nesse sentido, um manifesto que demonstra a urgência de

políticas públicas para o conjunto da nação, o chamado “povo brasileiro” metaforizado pelos sertanejos de Canudos.

A trajetória dos lugares de memória construídos no Rio de Janeiro faz eco sobre a própria trajetória da cidade. Num primeiro momento, representou-se a nação vista pelo “alto” com seus heróis civilizadores na missão de fazer progredir o país. No Museu Histórico Nacional, por exemplo, criado em 1922, no âmbito da grande exposição universal em comemoração ao centenário da independência, a história do Brasil era contada do ponto de vista das elites sociais e políticas. Pouco ou nenhum lugar era atribuído a outras narrativas historiográficas, protagonizadas por outros segmentos da população. O mesmo pode se dizer para o Museu da República, onde era contada a história do poder de Estado, protagonizada pelos presidentes da República, ou ainda para o Museu Nacional de Belas Artes, cuja ênfase recaía nas telas monumentais dos grandes pintores patrocinados pelo imperador ou por chefes de Estado.

Assim como era preciso varrer o atraso colonial do espaço público da cidade, tarefa para a qual se empenharam diferentes administradores públicos, era também preciso “limpar” dos lugares de memória todas as expressões de “pobreza” e todas as formas de vida que “sujassem” a paisagem ou que remetessem ao “atraso” ou, para usar uma categoria muito utilizada nos anos 1950 e 60, ao “subdesenvolvimento”. Os padrões civilizatórios europeus predominaram na cidade e em seus lugares de memória, enquanto as elites políticas e socioeconômicas fecharam os olhos para a massa de trabalhadores que foi se avolumando em torno da cidade, em habitações construídas com esforço próprio e sem políticas públicas definidas. Em 200 anos, houve pouca escuta para uma população que cresceu à margem da cidade, segregada e sofrendo as vicissitudes de políticas autoritárias que interferiam na paisagem urbana deslocando as populações de um lado para outro. Podemos apenas registrar algumas resistências — principalmente culturais — na literatura de João do Rio ou de Lima Barreto, na música de alguns sambistas, que difundiram suas canções para diferentes segmentos sociais.

Pelo menos nos últimos cem anos, podemos apontar como grande contraponto da cidade concebida como espelho da nação o nascimento da

favela, logo após o fim da campanha de Canudos, com a fragorosa derrota do Exército brasileiro, quando soldados remanescentes da guerra foram ocupando os morros da cidade. É a favela, com suas construções precárias, excluída de toda e qualquer medida administrativa e política pública, que emerge como fala menor, fala de resistência, colocando em risco a construção da imagem da cidade como vitrine civilizatória para o Brasil. Nesses cem anos, o crescimento espetacular da favela fez eclodir todos os componentes explosivos que os administradores públicos e as elites políticas pretendiam expulsar do panorama visual e do imaginário da cidade: a desordem urbana e habitacional, anomia social e familiar, caos, barulho, lixo, sujeira, ausência de regras sociais claras, marginalidade, violência.

Entretanto, pelo menos nos últimos cem anos, na cidade que se queria espelho da nação, a favela constituiu o grande paradoxo do Rio de Janeiro. Lugar estruturante da própria cidade, abrigo da mão de obra da construção civil, necessária aos grandes projetos remodeladores e da mão de obra dos serviços necessários aos empreendimentos e à vida urbana. Integrando a cidade e ao mesmo tempo mantida à distância e muitas vezes excluída dos empreendimentos civilizatórios, a favela tornou-se tema, principalmente a partir dos anos 1960, de inúmeras polêmicas e debates entre os administradores públicos.

Mas, ao lado da ausência de políticas públicas que atendessem as reivindicações e incorporassem os de “baixo” aos projetos civilizatórios traçados pelo “alto”, novas vozes foram se impondo nesse cenário. Das associações de moradores aos sindicatos e novos partidos, assistimos ao recrudescimento dos chamados movimentos sociais que, a partir dos anos 1980 ao alvorecer do século XXI, não pararam de crescer. Hoje, esses movimentos ganham força e expressão e com eles há um dado novo no contexto da cidade do Rio de Janeiro: a ressignificação da própria cidade e de sua história. Assim, podemos identificar a criação de novos lugares de memória na contramão dos discursos de celebração centrados nos ideais de progresso e civilização. Lugares de memória situados na contramão de um ideal de cidade como “Paris dos trópicos”. Lugares de memória que revelam outros olhares sobre a cidade, olhares que veem o Rio do ponto

de vista da zona norte, dos lugares considerados feios, sujos, caóticos e desordenados.

Um destes lugares de memória surgiu na favela da Maré, no Rio de Janeiro, onde uma experiência inusitada foi colocada em marcha: a criação de um museu da favela, numa casa de palafita, no qual a história da cidade é contada sob o enfoque daqueles que viveram do outro lado da baía de Guanabara.

História da Maré

Muitos foram os experimentos que diferentes governos fizeram na área da favela da Maré, aterrando e construindo vias de acesso para desáfogar a movimentação crescente de veículos, numa cidade em movimento, com uma história que demonstra a insuficiência de planejamentos e debates públicos. A própria formação do denominado Complexo da Maré é expressão dessa história. Abrangendo 16 comunidades¹ com origens diferenciadas e formações de alta complexidade, o bairro-favela da Maré está longe de se constituir em um todo orgânico e harmonioso. Lá tudo é tenso, palco de conflitos variados. Tudo está submetido a uma dramaturgia especial, as identidades são cambiantes, deslizantes e híbridas, fruto das histórias de migrações que empurraram para a aventura urbana levas e levas de pessoas das camadas populares, que habitavam o campo ou o sertão, sobretudo dos estados do Nordeste e Minas Gerais. A origem da ocupação da Maré remonta ao século XIX, quando lá ainda havia paisagens bucólicas como a enseada de Inhaúma, onde alguns poucos pescadores construíram suas primeiras moradias. A área era um recanto da baía de Guanabara formado por praias, ilhas e man-

¹ As 16 localidades ou comunidades que formam o complexo da Maré são as seguintes: o morro do Timbau (1940), a Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Roquette Pinto (1955), Parque Rubens Vaz (1961), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1989), Conjunto Pinheiro (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000).

guezais. As praias tinham água e areia limpas; a mata ainda era espessa e nos manguezais havia fonte de alimento para várias espécies animais; havia aves aquáticas, caranguejos e muitos peixes e camarões. Por essa época, já existia na região um movimento comercial intenso, pois ali funcionava o porto de Inhaúma, criado desde o século XVI para escoar parte da produção local. Funcionando onde hoje termina a avenida Guilherme Maxwell, no cruzamento com a rua Praia de Inhaúma, o porto desenvolveu importante papel econômico para os subúrbios do Rio de Janeiro e desapareceu nas primeiras décadas do século XX, após sucessivos aterros na área.

A região da Maré que, durante os séculos XVII e XVIII, ficou conhecida como “Mar de Inhaúma”, fazia parte da Freguesia Rural de Inhaúma e integrava uma grande propriedade: a Fazenda do Engenho da Pedra. Suas terras abrangiam os atuais bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e parte de Manguinhos. No decorrer do século XIX, os proprietários iniciaram um processo de arrendamento de parcelas das fazendas a pequenos agricultores e, no final desse século, começaram a surgir bairros em torno da linha férrea e de suas estações. Em 1899, foi fundado o Instituto Soroterápico (hoje Fundação Oswaldo Cruz), cujo trabalho de pesquisa tem reconhecidamente contribuído para o desenvolvimento científico do país. Com a reforma urbana de Pereira Passos, a região recebeu um grande contingente de população das camadas populares que havia sido expulsa do centro da cidade. Na mesma época, a enseada de Inhaúma (que se estendia da Ponta do Caju até a Ponta do Tybau) teve o contorno de sua orla de manguezais destruído pela ação de diversos aterros.

A ocupação mais efetiva se deu, sobretudo, a partir dos anos 1940, época marcada por um surto de desenvolvimento industrial e pela chegada dos migrantes ao morro do Timbau. Nesse período, a região da Leopoldina já havia se transformado em núcleo industrial e como as terras boas dos subúrbios tinham se tornado objeto da especulação imobiliária, restou para as camadas pobres da população a ocupação das áreas alagadiças do entorno da baía de Guanabara.

Cercado por terrenos alagadiços e mangue, o Timbau era uma região de mata cerrada, com árvores centenárias, as quais foram sendo substituídas por construções de casas de estuque — feitas de barro e madeira.

Gradualmente, os migrantes que vinham de pau de arara e desembarcavam em grande número na área próxima onde hoje se localiza o Pavilhão de São Cristóvão foram se fixando na região do entorno do morro do Timbau, na denominada Baixa do Sapateiro. Tratava-se de uma região de mangue. Os recém-chegados tiveram que construir sobre a lama e começaram a fazer casas de palafitas. Muitos que vieram ocupar o local usaram essa técnica e construíram uma comunidade de madeira sobre as águas. Com o tempo, a imagem da Baixa do Sapateiro passou a ser a de uma cidade flutuante, de tal forma proliferaram as casas na região. Era uma vida difícil para os moradores, que conviviam com toda a sorte de intempéries: o balanço das casas nos dias de tempestades, a subida da maré duas vezes ao dia molhando o assoalho dos barracos com a água fétida da baía, as lembranças de crianças que afundavam na madeira podre que unia as casas e só eram descobertas quando na maré baixa, os ratos, a insalubridade. Mas, apesar de tudo, a vida na Maré podia ser também festiva e alegre, pois os migrantes traziam para a cidade novos sons, ritmos e crenças, as festas juninas, as folias de reis, os aniversários animados, os casamentos, os batizados, as festas religiosas, as novenas, as rezas, as tradições culinárias.

A construção da avenida Brasil — concluída em 1946 — foi determinante para a ocupação da área, que prosseguiu pela década de 1950, resultando na criação de outras comunidades como Rubens Vaz e Parque União.

Nos anos 1960, com o projeto de urbanização e modernização da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, durante o governo de Carlos Lacerda (1961-65), surgiram outros polos de ocupação de moradores na Maré. Um deles foi a Nova Holanda. Inicialmente, era um local composto por casas e galpões, designado Centro de Habitações Provisórias, destinado a receber a população removida de várias favelas retiradas da zona sul da cidade. Para lá, vieram antigos moradores das favelas do Esqueleto, praia do Pinto, morro da Formiga, morro do Querosene. E o que era para ser uma situação transitória, em pouco tempo se transformou em definitiva. As pessoas tiveram que se adaptar à nova realidade e passar a interagir com novas famílias vindas de lugares diferentes: a história do complexo de comunidades da Maré apenas se esboçava.

Desse período até o início dos anos 1980, a “cidade de casas de palafitas” tornou-se símbolo da miséria nacional. Foi então que o governo federal idealizou sua primeira grande intervenção na área: o Projeto Rio, que previa o aterro das regiões alagadas e a transferência dos moradores das casas de palafitas para construções pré-fabricadas, dando origem às comunidades da Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança.

O Projeto Rio, liderado pelo então ministro do Interior Mário Andreazza, fez uma série de intervenções importantes na região, entre elas a remoção dos moradores das casas de palafitas e o aterramento da Baixa do Sapateiro. Em 1988, foi criada a 30ª Região Administrativa, abarcando a área da Maré, a primeira da cidade a se instalar numa favela, início do reconhecimento da região como bairro popular. Nos anos 1980 e 90, foram construídas as habitações de Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas, para transferir moradores de áreas de risco da cidade. Já a pequena comunidade inaugurada em 2000 pela prefeitura e batizada pelos moradores de Salsa e Merengue é tida como uma extensão da Vila do Pinheiro.

Ao longo dos últimos 50 anos, a população da Maré não parou de crescer e a ocupação do solo urbano não cessou de ocorrer de forma anárquica. Desde a construção das linhas Vermelha e Amarela, a área da Maré passou a ser caracterizada como uma região de passagem, elo da cidade do Rio de Janeiro com outras regiões do país. No final dos anos 1990, paradoxalmente, a Maré era apontada como o terceiro bairro de pior índice de desenvolvimento humano da cidade.

Neste cenário nada promissor, um grupo de jovens moradores, que a despeito das precárias condições de educação na região havia chegado à universidade, organiza uma associação civil sem fins lucrativos, disposta a mudar o rumo da história da Maré e criar uma rede de solidariedade. Numa sala cedida por uma igreja do morro do Timbau, esses jovens fundam o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), cuja primeira iniciativa consistiu de um curso de pré-vestibular destinado a incentivar o ingresso dos jovens da Maré nas universidades. Aos poucos, outros projetos foram surgindo, como o Corpo de Dança da Maré, o jornal *O Cidadão*, o grupo Maré de Histórias, a biblioteca, o laboratório de informática, o ateliê de moda Marias da Maré e a Rede Memória da Maré.

O trabalho com a cultura, a educação e a memória foi ganhando consistência com pesquisas nos arquivos da cidade e levantamentos de documentação sobre a história da região. As experiências bem-sucedidas deram origem a uma hemeroteca e a um arquivo de fotografias, de documentação impressa e de história oral, que recebeu o nome de uma das primeiras lideranças da Maré; dona Orosina Vieira. Para alguns moradores, dona Orosina encarna o mito fundador da favela, mesmo que essa asserção não seja ponto pacífico: a memória das primogenituras da Maré também está em disputa. Um dos visitantes do Museu da Maré registrou no livro de “sugestões, impressões, ideias e opiniões”: “O museu está lindo, só tenho uma ressalva a fazer: o primeiro morador da Maré é seu Otávio da Capivari, e o primeiro bloco de carnaval é o Bloco dos Tamanqueiros, que depois se transformou no Cacique de Ramos”.²

Com o tempo, o Ceasm conseguiu adquirir duas sedes: uma no Timbau e outra na Nova Holanda. Mais tarde, conquistou o espaço da antiga Fábrica de Transportes Marítimos, já citada. Trata-se de uma área ampla e de fácil acesso. Surgiram então muitas ideias para a ocupação deste espaço: casa de cultura, cinema, teatro, escola de dança, museu, escola de informática, entre outras.

A vocação para o trabalho com a memória acabou selando o destino da antiga fábrica. Trazer à tona lembranças dos antigos moradores ou mesmo dos jovens podia ser um bom caminho para a construção de amálgamas, vínculos, relações novas e saudáveis, processos de coesão entre os moradores de uma região conturbada pela violência e pelo descaso do poder público. A equipe do Ceasm sabia que a Maré tinha suas histórias, seus personagens, suas tradições. Foi com a certeza de que o trabalho com o patrimônio e a memória poderia dar bons frutos e contribuir para a dignidade social dos moradores da favela que o grupo do Ceasm, com a participação da comunidade local, a colaboração de professores universitários e técnicos do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, começou a conceber o Museu da Maré.

² O comentário do visitante não está assinado, nem datado. Ainda assim, pela sequência dos comentários no livro é possível compreender que a visita foi feita em 26 de maio de 2007.

Um museu em 12 tempos

O Museu da Maré pode ser entendido como um ponto de vista formado por múltiplos pontos de vista. Ele conta histórias e, de algum modo, veste a pele do narrador, emociona, dá conselhos, acolhe e permite que cada um puxe o fio das narrativas e projete a memória em outros tempos e espaços.

Um museu concebido em 12 tempos: tempo da água, da casa, da migração, da resistência, do trabalho, da festa, da feira, da fé, do cotidiano, da criança, do medo e do futuro. Um museu que concebe o tempo simultaneamente de modo diacrônico e sincrônico. Um museu que dialoga com relógios, calendários, cronômetros e diferentes ritmos naturais e sociais.

O painel de entrada da exposição de longa duração é de cor laranja forte, quase avermelhado, “cor da terra do sertão, de onde vieram os primeiros migrantes”, nos explica Marcelo Pinto Vieira, cenógrafo, morador do Timbau e responsável pelo projeto museográfico. Logo em seguida, passamos à primeira sala de exposição que é toda azul, um azul intenso, vibrante. Expressão da cor da maré, a maré que regulou durante anos a vida dos moradores da região. Maré baixa, maré alta, sinalizando o tempo de chegar à casa e o tempo de permanecer nela. Quando a maré subia não dava para andar nas pontes que ligavam as casas de palafitas. O jeito era esperar que a maré baixasse... Uma placa sinaliza “Tempo da água”. Tempo especial, quando havia peixe em abundância e muitos pescavam nas águas da baía de Guanabara. Tempo de fartura e de pobreza; fartura de peixes, pobreza de saneamento urbano, de condições de moradia e de saúde. Nas paredes, fotografias antigas, a primeira é de Augusto Malta e mostra uma bucólica paisagem da enseada de Inhaúma. Imagens de um Rio antigo em sua esfuziante beleza natural. Outras fotografias vão sinalizando as transformações por que passou a região. Um imenso manguezal dando lugar a uma espantosa cidade de palafitas que, por sua vez, é transformada em vias expressas. O singelo morro do Timbau com uma casinha aqui, outra ali, conservando ainda a aparência de roça. Chiqueiros, galinheiros, pequenos roçados. Outra foto mostra a paisagem do Timbau já completamente

transformada e repleta de construções em alvenaria sobrepondo-se umas às outras e trazendo a visão da *urbe* em toda a sua plenitude.

Detalhes de personagens que fazem parte de um tempo passado. Crianças brincando nas pontes de tábuas que dão acesso às casas de palafitas; mulheres carregando latas de água na cabeça; as longas filas nas biccas; porcas amamentando filhotes ao lado de meninos jogando bola; uma mulher levando seus gêmeos num carrinho de mão, a alegria das crianças fazendo algazarra e os cabelos alisados das mulheres: detalhes sensíveis de cenas do cotidiano, que emocionam e fazem a visitante exclamar: “Ah, a vida repleta de sentido, imagens, cores e sabores! Parabéns! Esse museu é especial! Lindo de se ver! Lindo de viver!!!”³

No centro do “Tempo da água” encontramos um modelo de barco com 2,7 metros de comprimento, enfeitado com bandeirinhas e flores artificiais. Na proa vemos uma imagem de São Pedro e, na lateral da embarcação, um lampião e uma rede de pesca. A rede foi confeccionada pelo seu Jaqueta, antigo pescador da Maré, falecido em 2004; o barco foi fabricado por seu filho Sérgio; a lanterna e a imagem eram utilizadas nas procissões marítimas. Esse expressivo conjunto foi especialmente doado pela família do seu Jaqueta por ocasião da abertura do museu.

Olhamos para o alto e lá está ela, a casa de palafitas! Símbolo maior da Maré, a casa de palafitas chegou a ser signo da miséria nacional nos anos 1980, o que determinou sua erradicação e a remoção dos moradores para outras favelas do próprio Complexo da Maré (Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas). Baixamos os olhos e compreendemos: aquele é o “Tempo da casa” e lá está ela — a casa —, com suas pernas imensas fincadas no “Tempo da água”. Causa impacto nos depararmos com esse modelo de habitação que já havíamos nos habituado a esquecer.

Algumas indagações nos assaltam: qual o sentido e o significado de querer lembrar das casas de palafitas? Não seria melhor lançar esta lembrança no rol das coisas boas para esquecer? Por que a equipe do museu quis ressuscitar esta lembrança?

³ Registro de visita realizada no dia 27 de maio de 2006, por Camila Rodrigues Leite, do Ponto de Cultura Tear, Rio de Janeiro, Tijuca.

Diante da palafita transformada em peça de museu, somos levados à compreensão da dimensão humana, ancestral e arquetípica desse formato de casa. Há na palafita uma dimensão universal, ela não é uma exclusividade da memória e da história da favela da Maré, ela faz parte da história da humanidade, da nossa própria história, por isso ela nos encanta e desafia.

A palafita transformada em lugar de memória no Museu da Maré é uma casa simples — mas quem foi que disse que casas simples não têm histórias? Quem foi que disse que é preciso banir a memória daqueles que viveram durante tantos anos nessas casas aparentemente tão frágeis e ao mesmo tempo tão resistentes? Resistentes às marés, resistentes à ausência de políticas que incorporassem de fato toda esta população migrante que chegava à cidade em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

As casas de palafitas, de algum modo, nos remetem às casas de estuque de pequenos arraiais que ficaram na história, como o arraial de Canudos, todo feito de barro e terra seca do sertão, mas que simbolizavam a possibilidade criativa e singular da sobrevivência no sertão, lugar marcado pelos grandes latifúndios e pela vontade expressa dos coronéis; ou à casa do Mestre Vitalino, no Alto do Moura, em Pernambuco, feita de barro e de onde saíram obras de arte extraordinárias, que se espalharam pelo mundo; e também à pequena casa de Chico Mendes, em Xapuri, no Acre, símbolo da luta pela defesa do meio ambiente, memória que incomoda aqueles que se consideram os donos do poder da região.

Como num conto de uma pequena aldeia perdida na Rússia de Dostoievski ou no filme *Dodescaden*, de Kurosawa, a casa de palafitas é um microcosmo que, a despeito de tudo e de todos, busca existir com dignidade. Seus personagens são guerreiros de uma vida que pulsa e supera as condições precárias de sobrevivência. São como as flores de lótus, belas e perfumadas, com suas raízes fincadas na lama.

A alusão à casa como um lugar de memória não poderia ter mais pertinência. A partir dela, não vêm à tona apenas as lembranças dos moradores das casas de palafitas. É todo um universo de um Brasil rural, pré-industrial e pré-globalizado, que salta aos nossos olhos. Quem não se lembra de uma avó coando café com coador de pano num bule de ágata? Ou das notícias sendo transmitidas por um rádio enorme do alto de uma

prateleira? Ou das fotos retocadas dos bisavôs e bisavós penduradas na sala, acima dos sofás? Quem não se lembra dos detalhes das colchas de fuxico, das folhinhas do Sagrado Coração de Jesus, dos antigos armários de madeira, dos paineleiros e das panelas muito bem areadas, dos fogões Cosmopolita e dos fogareiros Jacaré? Objetos evocativos de uma outra época que passou não faz tanto tempo assim, mas que já vai longe e do qual já não lembrávamos mais. Assim, a casa de palafitas da Maré é, também, uma casa da nossa memória mais remota, de quando o Brasil ainda era mais rural do que urbano, de quando muitos de nós éramos bem crianças, de quando não existiam televisões ou computadores. A casa nos emociona porque “é de todos e de ninguém”, pertence à Maré, mas também ao Brasil, expressa uma vivência local que é universal. E, aqui, sentimos intensamente a força do Museu da Maré. Museu que fala da Maré, mas que, ao expressar a história deste complexo de comunidades, lança elementos para lembranças e reflexões mais amplas, que dizem respeito a todos nós, em nossas contingências mais íntimas, em nossas necessidades mais imediatas e fundamentais. O bule de ágata, o café coado no pano, o fogão, a mesa para refeições, a cama e a rede expressando duas formas de dormir, padrões culturais que convivem lado a lado, singulares e universais.

O Museu da Maré trabalhando com memórias, tempos, identidades, pertencimentos e representações simbólicas ressignifica o mapa cultural da cidade e deixa patente para outras comunidades populares que é possível exercer o direito à memória, ao patrimônio e ao museu. O exercício desses direitos, aqui e agora, é peça-chave para a construção de futuros com dignidade social.

Referências

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

O'DONNELL, Julia Galli; MENDES, Pedro Barbosa; LUSTOSA DA COSTA, Frederico. *Termo de referência Seminário “Rio de Janeiro: uma cidade, muitas capitais”*. Versão preliminar, 2008. ms.

Sobre os autores

Os organizadores

FREDERICO LUSTOSA DA COSTA é professor do quadro permanente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, e coordenador de projetos de sua diretoria internacional. Economista formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é doutor em gestão pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Iscte), Lisboa, Portugal. Especialista em análise organizacional pela Ebape/FGV, em Recife, e em gerenciamento de projetos pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional (DSE), em Berlim, e pelo Instituto de Desenvolvimento Social (Indes) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington. Foi técnico em planejamento governamental do governo do estado do Ceará, chefe de gabinete da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (Cepa/CE), assessor do ministro da Previdência e Assistência Social (1983/84), coordenador de cursos da Ebape/FGV em Brasília, chefe do Centro de Pós-Graduação Lato Sensu da Ebape/FGV no Rio de Janeiro, coordenador do FGV Cidades, diretor da *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão* e da revista *Governança & Desenvolvimento* do Consad. Atualmente, é coordenador do curso de

pós-graduação em gestão de políticas públicas e do MBA em planejamento, orçamento e gestão. Professor associado ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Iscte) em Lisboa e pesquisador visitante da Ecole de Commerce de Paris (ESCP/EAP). É também consultor de organismos públicos e privados, nacionais e internacionais. Autor dos livros *A persistência da desigualdade* (1992) e *Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe* (2006) e *Reforma do Estado e contexto brasileiro* (2010), além de inúmeros artigos e ensaios de caráter técnico-científico publicados em livros, revistas e anais de congressos, nacionais e estrangeiros.

FUAD ZAMOT é professor extracurricular da Escola Brasileira de Administração Pública de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV). Graduado em direito, é pós-graduado em administração pública e mestre em gestão empresarial pela FGV. Técnico de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador associado ao Centro de Estudos das Américas (CEAs) da Universidade Candido Mendes e professor da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. É autor de diversos capítulos e artigos em revistas e livros nacionais e internacionais.

Os autores e colaboradores

JULIA GALLI O'DONNELL

Doutoranda e mestre em antropologia social pelo Museu Nacional, Rio de Janeiro. É graduada em história pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente leciona na Escola de Ciências Sociais do Cpdoc/FGV. Autora do livro *De olho na rua: a cidade de João do Rio* (Jorge Zahar, 2008).

LÍLIAN LUSTOSA

Atualmente cursa o Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais (Cpdoc/FGV). Possui graduação em história pela Universidade

Federal do Ceará (UFC). Tem experiência na área de história e gestão cultural, com pesquisas desenvolvidas na área de política cultural.

MARCELO DE SOUZA MAGALHÃES

Doutor em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Programa Prociência da Uerj. Pesquisador do Pronex Culturas Políticas e Usos do Passado. Participou da organização dos livros *A escrita da história escolar* (FGV, 2009), *A história na escola* (FGV, 2009) e *Ensino de história* (Mauad, 2007). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Cultural da UFF e líder do grupo de pesquisa Oficinas de História da Uerj.

MARCOS GUEDES VENEU

Historiador, pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Autor de *Ou não ser: uma introdução à história do suicídio no Ocidente* (UnB, 1995).

MARLY MOTTA

Doutora em história social pela UFF. Pesquisadora e professora associada do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc/FGV). É especialista em história política do Rio de Janeiro, e autora, entre outras obras, de *Saudades da Guanabara* (FGV, 2000) e *Rio cidade-capital* (Jorge Zahar, 2004).

PEDRO BARBOSA MENDES

Bacharel em ciências sociais pela UFRJ, cursa o mestrado em políticas sociais na mesma universidade com bolsa-prêmio do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes/Petrobras). É membro da rede Universidade Nômade e editor das revistas *Global/Brasil* e *Lugar Comum*.

REGINA ABREU Antropóloga, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio). Vem pesquisando ativamente sobre o Rio de Janeiro, dedicando-se atualmente a realizar, com apoio da Faperj, um mapeamento sobre os museus visando dinamizar a cultura e a memória no estado e na cidade do Rio de Janeiro

Quarta em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Programa Proim da UERJ. Pesquisadora do Projeto Culturas Políticas e Usos do Passado. Participou da organização dos livros *A escrita da história escolar* (FGV, 2009), *A história na escola* (FGV, 2009) e *Ensino de história* (Mauad, 2007). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Cultural da UFF e líder do grupo de pesquisa Oficinas de História da Uerj.

MARCOS GUEDES VIEIRA

Historiador pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Autor de *Um não ser: uma introdução à história do suicídio no Ocidente* (UNB, 1997).

MARLY MOTTA

Doutora em história social pela UFF. Pesquisadora e professora associada do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpqdoc/FGV). É especialista em história política do Rio de Janeiro, e autora, entre outras obras, de *Sanções da Guanabara* (FGV, 2000) e *Rio cidade-capital* (Jorge Zahar, 2004).

PEDRO BARBOSA MENDES

Bacharel em ciências sociais pela UFRJ, cursa o mestrado em políticas sociais na mesma universidade com bolsa-prêmio do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo de Mello (Cepes). É membro da rede Universidade Nômada e editor das revistas *GlobalTravel* e *Engem Common*.